

Programa tem seis pontos

O programa econômico do Governo do presidente Itamar Franco propõe seis pontos principais para a retomada do desenvolvimento econômico. As sugestões passam pela racionalização dos gastos do Executivo, acordos setoriais com a indústria, negociação de apoio no Congresso para continuar os compromissos com os credores externos, queda gradual das taxas de juros, aprovação do ajuste fiscal para viabilizar os programas sociais do Governo e a retomada dos investimentos estrangeiros. Segundo Haddad, o objetivo do Plano é melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

As ações de curto prazo do Governo para a área econômica incluem a estabilidade e o aperfeiçoamento das regras do mercado financeiro, sem mudanças dos acordos com os bancos credores, reestruturação do Banco Central, manutenção do Programa de Privatização e estabelecimento de normas para as políticas fiscal, monetária, salarial, tarifária e cambial. Parte das medidas já haviam sido anunciadas pelo presidente Itamar Franco, em seu pronunciamento da última quarta-feira.

Com a aprovação do ajuste fiscal, o Executivo pretende

também usar o dinheiro arrecadado para instaurar programas de recuperação da malha rodoviária nacional e de habitação popular. A manutenção das estradas federais está orçada em 2,5 bilhões de dólares por dois anos. A construção de casas populares custaria 1,5 bilhão de dólares anuais e seria coordenada pelo Ministério do Bem-Estar Social.

IPMF — Caso o Congresso mantenha o imposto sobre cheques (IPMF) no texto do ajuste, 20 por cento do total arrecadado iria para os planos de habitação e saneamento do Ministério. Os projetos também seriam uma fonte geradora de empregos, um dos objetivos do governo Itamar.

A criação de novas vagas na indústria, os estímulos aos investimentos e à produção foram incluídos nos planos do Governo, com a retomada dos acordos setoriais. O primeiro deles será com a indústria automobilística, que já remeteu ao Executivo projeto para a criação de carros populares mais baratos. O programa deve ser acionado em janeiro. O Governo estuda propostas de incentivo à indústria como linhas de financiamento e redução da carga tributária.

O próximo acordo deverá ser feito com a agroindústria, para baratear os produtos da cesta básica. O Governo deve usar o excesso dos estoques regulado-

res para baixar os preços e chegar à sua meta: durante 1993 quer que dois milhões de famílias sejam atendidas pela cesta básica. Hoje apenas 300 mil famílias recebem o benefício. O Executivo espera que em janeiro o número dobre, chegando a 600 mil famílias.

Crescimento — Dessa forma, conforme o documento "Diretrizes de Ação Governamental", divulgado pelo governo Itamar, "pode-se esperar crescimento econômico da ordem de cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para o biênio 1993/1994. Esse aumento é superior ao crescimento demográfico estimado em cerca de três por cento. Assim, o PIB per capita deve crescer dois por cento.

Para conseguir isso, o Ministério do Planejamento entende, conforme o documento, "existirem três áreas estratégicas. Elas são as exportações, a agropecuária, particularmente a produção de alimentos, e a construção civil. Um dos objetivos centrais da política agrícola deve ser um combate vigoroso à pobreza rural, em especial no Nordeste".

O fortalecimento da "pesquisa tecnológica e da extensão rural constitui peça-chave no processo de mudanças na agropecuária. A agroindústria vai merecer atenção especial, porque é setor provocador de expansão de crescimento econômico para a agricultura".